

Despacho n.º 12 300/2006 (2.ª série). — Por despacho de 10 de Maio de 2006 do chefe da RPMNP/DAMP, por subsubdelegação do MGEN DAMP, após subdelegação do TGEN AGE, por delegação recebida do GEN CEME, foi regularizada a situação administrativa do 2SAR INF NIM 08683898, Paulo Nuno Gonçalves Pereira, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 374.º do EMFAR e da alínea c) do n.º 1 do artigo 396.º do EMFAR, contando a antiguidade desde a data que se indica, a partir da qual tem direito ao vencimento do referido posto:

Data de antiguidade de furriel — 9 de Julho de 2002;
Data de antiguidade de furriel (regularizada) — 9 de Janeiro de 2002.
Data de antiguidade de segundo-sargento — 9 de Julho de 2003;
Data de antiguidade de segundo-sargento (regularizada) — 9 de Janeiro de 2003.

10 de Maio de 2006. — O Chefe da Repartição, *José Manuel P. Esperança da Silva*, COR INF.

Despacho n.º 12 301/2006 (2.ª série). — Por despacho de 10 de Maio de 2006 do chefe da RPMNP/DAMP, por subsubdelegação do MGEN DAMP, após subdelegação do TGEN AGE, por delegação recebida do GEN CEME, foi regularizada a situação administrativa, do FUR RC 263 NIM 19762600, Bruno Daniel Sousa Martins, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 374.º do EMFAR, contando a antiguidade desde a data que se indica, a partir da qual tem direito ao vencimento do referido posto:

Data de antiguidade de furriel — 19 de Maio de 2004;
Data de antiguidade de furriel (regularizada) — 19 de Novembro de 2003.

10 de Maio de 2006. — O Chefe da Repartição, *José Manuel P. Esperança da Silva*, COR INF.

Despacho n.º 12 302/2006 (2.ª série). — Por despacho de 11 de Maio de 2006 do chefe da RPMNP/DAMP, por subsubdelegação do MGEN DAMP, após subdelegação do TGEN AGE, por delegação recebida do GEN CEME, foram promovidos ao posto de furriel RC, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 305.º do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto, contando a antiguidade desde as datas que se indicam, a partir das quais têm direito ao vencimento do novo posto, os militares a seguir mencionados:

2FUR RC 427 (NIM 04828798) Carla Sofia da Visitação dos Santos — 9 de Dezembro de 2005.
2FUR RC 725 (NIM 08079600) Alexandre Miguel Fernandes Ramos — 9 de Maio de 2006.
2FUR RC 225 (NIM 06201102) Frederico Mauro das Neves Romão — 9 de Maio de 2006.
2FUR RC 225 (NIM 02914004) João Paulo Oliveira Pires — 9 de Maio de 2006.
2FUR RC 225 (NIM 07557498) Carlos Eduardo Florindo Serras — 9 de Maio de 2006.

11 de Maio de 2006. — O Chefe da Repartição, *José Manuel P. Esperança da Silva*, COR INF.

Despacho n.º 12 303/2006 (2.ª série). — Por despacho de 12 de Maio de 2006 do chefe da RPMNP/DAMP, por subsubdelegação do MGEN DAMP, após subdelegação do TGEN AGE, por delegação recebida do GEN CEME, foram promovidos ao posto de furriel RC, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 305.º do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto, contando a antiguidade desde a data que se indica, a partir da qual têm direito ao vencimento do novo posto os militares a seguir mencionados:

2FUR RC 031 NIM 01610002, Marta Isabel Mocho Guerra — 25 de Março de 2006.
2FUR RC 423 NIM 03291602, Eliseu Fernando da Costa Teixeira — 9 de Maio de 2006.
2FUR RC 427 NIM 11926802, Acácio Francisco dos Santos — 9 de Maio de 2006.
2FUR RC 725 NIM 01123597, Hugo Miguel Teixeira dos S. Pereira — 9 de Maio de 2006.
2FUR RC 602 NIM 09231799, Sandra Isabel Gonçalves Marques — 9 de Maio de 2006.

12 de Maio de 2006. — O Chefe da Repartição, *José Manuel P. Esperança da Silva*, COR INF.

FORÇA AÉREA

Comando de Pessoal da Força Aérea

Despacho n.º 12 304/2006 (2.ª série). — *Subdelegação de competências.* — 1 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo n.º 1 do despacho do CEMFA n.º 41/2006/A, de 22 de Maio, subdelego no comandante da Base do Lumiar, COR/NAV Armindo Carneiro Miguel, a competência para autorizar a realização de despesas com locação e aquisição de bens e serviços até ao montante de € 100 000.

2 — Subdelego ainda na entidade referida no número anterior a competência para autorizar despesas com empreitadas de obras públicas até ao montante de € 100 000.

3 — O presente despacho produz efeitos desde 23 de Maio de 2006, ficando por este meio ratificados todos os actos entretanto praticados pela entidade referida nos números anteriores que se incluam no âmbito da presente subdelegação de competências.

24 de Maio de 2006. — O Comandante, *Artur Manuel Garcia Proença Prazeres*, TGEN/PILAV.

Despacho n.º 12 305/2006 (2.ª série). — *Subdelegação de competências.* — 1 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo n.º 1 do despacho do CEMFA n.º 41/2006/A, de 22 de Maio, subdelego no comandante do Centro de Formação Militar e Técnica da Força Aérea, COR/PILAV José Manuel Pinheiro Seródio Fernandes, a competência para autorizar a realização de despesas com locação e aquisição de bens e serviços até ao montante de € 100 000.

2 — Subdelego ainda na entidade referida no número anterior a competência para autorizar despesas com empreitadas de obras públicas até ao montante de € 100 000.

3 — O presente despacho produz efeitos desde 23 de Maio de 2006, ficando por este meio ratificados todos os actos entretanto praticados pela entidade referida nos números anteriores que se incluam no âmbito da presente subdelegação de competências.

24 de Maio de 2006. — O Comandante, *Artur Manuel Garcia Proença Prazeres*, TGEN/PILAV.

Despacho n.º 12 306/2006 (2.ª série). — *Subdelegação de competências.* — 1 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo n.º 1 do despacho do CEMFA n.º 41/2006/A, de 22 de Maio, subdelego no director do Instituto de Saúde da Força Aérea, COR/MED Guilherme António Baptista de Ornelas Bruges, a competência para autorizar a realização de despesas com locação e aquisição de bens e serviços até ao montante de € 100 000.

2 — Subdelego ainda na entidade referida no número anterior a competência para autorizar despesas com empreitadas de obras públicas até ao montante de € 100 000.

3 — O presente despacho produz efeitos desde 23 de Maio de 2006, ficando por este meio ratificados todos os actos entretanto praticados pela entidade referida nos números anteriores que se incluam no âmbito da presente subdelegação de competências.

24 de Maio de 2006. — O Comandante, *Artur Manuel Garcia Proença Prazeres*, TGEN/PILAV.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 12 307/2006 (2.ª série). — Considerando, de harmonia com o disposto no artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 156/78, de 30 de Junho, a lista de candidaturas a juizes sociais anexa, votada pela Assembleia Municipal de Serpa e remetida ao Conselho Superior da Magistratura, determina-se:

São nomeados, nos termos dos artigos 21.º, n.º 1, 22.º (*ex vi* do artigo 38.º) e 37.º do decreto-lei acima mencionado, os juizes sociais para as causas previstas no n.º 2 do artigo 30.º da Lei Tutelar Educativa e no artigo 115.º da Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo.

31 de Maio de 2006. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*.

ANEXO

Lista de cidadãos nomeados juizes sociais para intervir nas acções de competência do Tribunal da Comarca de Ponta Delgada.

Alberto da Costa Ribeiro Peixoto.
Lucília Maria Mendes Ávila Valadao.

Ana Maria Amaral Oliveira.
Maria Paula Tavares Stone.
Adelaide Maria de Deus Rocha Pimentel.

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Justiça

Despacho n.º 12 308/2006 (2.ª série). — Nos termos do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, exonero Maria de Fátima Martins Meireles das funções de minha secretária pessoal, com efeitos a 31 de Maio de 2006.

29 de Maio de 2006. — O Secretário de Estado Adjunto e da Justiça, *José Manuel Vieira Conde Rodrigues*.

Centro de Estudos Judiciários

Despacho (extracto) n.º 12 309/2006 (2.ª série). — Por meu despacho de 19 de Maio de 2006, no exercício de competência delegada, obtida a anuência do director-geral dos Registos e do Notariado, por despacho de 4 de Maio de 2006:

Maria de Fátima Pereira Manaças, telefonista (escalon 2, índice 137) do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Registos e do Notariado, a exercer funções na Conservatória do Registo de Automóveis de Lisboa — transferida, na mesma categoria, carreira, escalão e índice, para o quadro de pessoal deste Centro de Estudos Judiciários, com efeitos a 1 de Junho de 2006. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

22 de Maio de 2006. — O Director-Adjunto, *Duarte Fonseca*.

Comissão de Apreciação e Controlo da Actividade dos Administradores da Insolvência

Aviso n.º 6743/2006 (2.ª série). — Por terem saído com inexatidões anulam-se as publicações respeitantes aos avisos n.ºs 4867/2006, 4868/2006, 4869/2006 e 4870/2006, publicados no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 79, de 21 de Abril de 2006.

27 de Abril de 2006. — O Presidente, *João Augusto de Moura Ribeiro Coelho*.

Direcção-Geral dos Registos e do Notariado

Despacho n.º 12 310/2006 (2.ª série). — Por despacho do director-geral de 29 de Maio de 2006:

Maria de Lurdes Pires Simão Gonçalves, escriturária do Cartório Notarial do Sabugal — nomeada segunda-ajudante do Cartório Notarial de Meda (1.º escalão, índice 210), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

1 de Junho de 2006. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

Despacho n.º 12 311/2006 (2.ª série). — Por despachos do director-geral de 26 de Maio de 2006:

Ana Bela Carreira Ribeiro Tavares, escriturária superior da Conservatória do Registo Civil de Vila Franca de Xira — nomeada para idêntico lugar da Conservatória do Registo Civil de Santarém (mantendo o mesmo índice e escalão), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Assunção Meireles Matias de Carvalho, escriturária da Conservatória do Registo Civil de Sintra — nomeada para idêntico lugar da Conservatória do Registo Civil de Odemira (mantendo o mesmo índice e escalão), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Carla Andreia Sequeira Afonso Vieira, escriturária do 12.º Cartório Notarial de Lisboa — nomeada para idêntico lugar da Conservatória do Registo Civil de Cascais (mantendo o mesmo índice e escalão), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Carla Maria Pires Martins Zagalo Fernandes, escriturária da 10.ª Conservatória do Registo Civil de Lisboa — nomeada para idêntico lugar da 8.ª Conservatória do Registo Civil de Lisboa (mantendo o mesmo índice e escalão), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Carla Marina Babo Nogueira, escriturária da 3.ª Conservatória do Registo Civil do Porto — nomeada para idêntico lugar da Con-

servatória dos Registos Civil e Predial de Paços de Ferreira (mantendo o mesmo índice e escalão), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Carlos Nuno Feliciano de Freitas, escriturário superior da Conservatória do Registo Predial do Seixal — nomeado para idêntico lugar da Conservatória do Registo Predial da Moita (mantendo o mesmo índice e escalão), ficando exonerado das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Elisabete do Carmo Ferrás de Sousa, escriturária da Conservatória do Registo Comercial do Porto — nomeada para idêntico lugar da Conservatória dos Registos Civil e Predial de Lousada (mantendo o mesmo índice e escalão), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Elisabete Maria Machado de Azevedo Lopes, escriturária da Conservatória do Registo Predial de Santo Tirso — nomeada para idêntico lugar da 2.ª Conservatória do Registo Predial de Guimarães (mantendo o mesmo índice e escalão), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Isabel Francisca Rodrigues Roque Carlos, escriturária da 2.ª Conservatória do Registo Predial de Setúbal — nomeada para idêntico lugar da Conservatória do Registo Predial de Évora (mantendo o mesmo índice e escalão), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

José Augusto Rodrigues Gomes, escriturário da Conservatória do Registo Civil de Óeiras — nomeado para idêntico lugar da Conservatória do Registo Civil de Cascais (mantendo o mesmo índice e escalão), ficando exonerado das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Maria Amélia Pereira Duarte, escriturária superior do Cartório Notarial de Torres Novas — nomeada para idêntico lugar da Conservatória dos Registos Civil e Predial e Cartório Notarial da Chamusca (mantendo o mesmo índice e escalão), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Maria Bernardete Francisco Catarino, escriturária da Conservatória do Registo Nacional de Pessoas Colectivas de Lisboa — nomeada para idêntico lugar da Conservatória do Registo Predial de Tomar (mantendo o mesmo índice e escalão), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Maria de Fátima Monteiro dos Santos, escriturária superior da Conservatória do Registo Comercial de Lisboa — nomeada para idêntico lugar da Conservatória do Registo Comercial de Cascais (mantendo o mesmo índice e escalão), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Maria Lucinda Soares da Fonseca Faria da Silva, escriturária superior da Conservatória dos Registos Civil e Predial de São João da Madeira — nomeada para idêntico lugar da Conservatória do Registo Civil de Santa Maria da Feira (mantendo o mesmo índice e escalão), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Maria de Lurdes Nunes dos Santos, escriturária da 6.ª Conservatória do Registo Civil de Lisboa — nomeada para idêntico lugar da Conservatória do Registo Civil da Amadora (mantendo o mesmo índice e escalão), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Mónica Guerra Tavares Lopes, escriturária superior da Conservatória do Registo Predial de Lamego — nomeada para idêntico lugar da Conservatória do Registo Predial de Aveiro (mantendo o mesmo índice e escalão), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Teresa Cristina Pinto Gonçalves Gouveia, escriturária da 9.ª Conservatória do Registo Predial de Lisboa — nomeada para idêntico lugar da Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras (mantendo o mesmo índice e escalão), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

(Não carecem de visto do Tribunal de Contas.)

30 de Maio de 2006. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Portaria n.º 973/2006 (2.ª série). — Manda o Governo, pelo Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, que, encontrando-se concluídas as obras de edificação do edifício do Comando Regional da PSP no Funchal, seja o mesmo entregue pela Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais à Polícia de Segurança Pública.

24 de Maio de 2006. — O Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, *João Manuel Machado Ferrão*.